

POLÍTICA

# Congresso aperta cerco ao governo para reforma

Até então mirando o Supremo Tribunal Federal (STF), a artilharia do Congresso em breve se voltará para o Palácio do Planalto. Diversas frentes parlamentares preparam um seminário em defesa da reforma administrativa, em resposta à “falta de sinalização do governo Lula sobre corte de gastos”, de acordo com um interlocutor que organiza o evento. O principal alvo será a ministra da Gestão, Esther Dweck, que prepara uma contraproposta à reforma.

O evento ocorrerá na Câmara, no dia 1 de novembro, com presença esperada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e também do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A iniciativa para realização do evento foi da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, mas conta com apoio também das frentes parlamentares pelo Livre Mercado, de Comércio e Serviços e da Agropecuária.

Há, inclusive, um manifesto pela votação da reforma administrativa, assinado por presidentes de 16 frentes parlamentares. “A atual estrutura



Lira e Pacheco são esperados em evento organizado pelas frentes parlamentares

administrativa do Estado tem se mostrado deficiente em diversos aspectos, comprometendo a eficácia na prestação dos serviços públicos”, diz um trecho do documento. Alguns dos presidentes que assinam o manifesto são de partidos que comandam ministérios no governo Lula, como MDB, PP e União Brasil.

O Ministério da Gestão diz que trabalha numa proposta

para reforma administrativa desde o dia 2 de janeiro. “Na segunda-feira passada, foi criada a Câmara Técnica de Transformação do Estado, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (Conselhão), com o objetivo de dialogar com a sociedade e especialistas sobre as propostas do Ministério”, explicou a pasta.

## Frente quer derrubar vetos de Lula

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) irá orientar que seus membros votem pela derrubada dos vetos do presidente Lula (PT) à lei complementar que cria o novo arcabouço fiscal.

A FPE reúne 206 deputados e 46 senadores. Uma sessão do Congresso Nacional para deliberar sobre vetos presidenciais está prevista para ocorrer na quinta-feira. Ao sancionar a lei, no dia 31 de agosto, Lula vetou dois trechos do texto. Um dos vetos dará mais flexibilidade para o governo efetuar bloqueios em investimento. O outro item vetado proibia o governo de prever na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) a exclusão de despesas do

resultado primário. “Esse foi um projeto acordado com o Legislativo e o Executivo não pode ficar quebrando acordos. Nada foi na marra, nada foi imposto. O presidente vetou somente aquilo que dificulta o governo em cumprir metas e o governo precisa cumprir metas”, diz o presidente da FPE, Joaquim Passarinho (PL-PA).

“Essa segurança jurídica que tanto se fala e ninguém quer cumprir. Segurança jurídica é algo importante que a gente possa ter e possa respeitar para que efetivamente uma economia possa ter algum tipo de condição de sobrevivência a longo prazo nesse País”, completou.

## PL quer 3 mil candidatos a prefeito

O PL avalia lançar candidato a prefeito em até 3 mil municípios, num esforço para tentar massificar a imagem do partido.

O plano de Valdemar Costa Neto, presidente da legenda de Jair Bolsonaro, é ter um candidato próprio no maior número possível de capitais e fortalecer a estrutura do PL, que busca ampliar a capilaridade de olho já na corrida presidencial de 2026.

A tática do PL é, portanto, mais agressiva que a do PT, que admite abrir mão de lançar candidatos próprios e negocia vagas de vice-prefeito em grandes

capitais. Alguns petistas dizem que, mesmo com Lula no Palácio do Planalto, o partido deverá eleger menos de 300 prefeito. Dirigentes do PL trabalham com a ambiciosa meta de vencer em 1 mil prefeituras. Eles se reúnem toda terça-feira e discutem um alinhamento estratégico para as eleições de 2024. Além de Valdemar, costumam participar Bolsonaro, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, o ex-ministro Braga Netto e líderes no Congresso, como o deputado Altineu Côrtes (RJ) e o senador Marcos Rogério.



Valdemar Costa Neto

## STF reduz penas atribuídas por Moraes para acusados do dia 8 de janeiro

Uma discordância entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) teve como efeito algo que as defesas dos acusados do 8 de Janeiro até então não tinham conseguido: uma redução das penas dos réus condenados. Nas primeiras seis, o STF seguiu o mesmo padrão: o voto do relator dos processos, Alexandre de Moraes, foi acompanhado na íntegra pela maioria dos ministros da Corte. Por isso, prevaleceu a dosimetria arbitrada pelo ministro, com condenações a 12, 14 e 17 anos de prisão. Na terceira leva de julgamentos, que contemplou mais seis casos nesta semana, a dinâmica mudou. Também não houve consenso para as penas arbitradas por Moraes e a decisão do magistrado foi modificada pela primeira vez, com redução de seis meses para cada condenado.

**Associações de magistrados querem a responsabilização dos envolvidos na espionagem por meio dos sistemas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Dois servidores foram presos e cinco afastados.**

## PEC que limita poderes do STF entra na pauta

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita poderes do Supremo Tribunal Federal (STF) entrou na pauta do Senado de hoje. A partir daí, passará a contar o prazo de cinco sessões para o texto poder ser, de fato, votado em plenário. A expectativa é que isso ocorra no dia 8 de novembro. Alguns líderes chegaram a pressionar pela votação da proposta já nesta semana. Mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avisou que vai seguir o rito estabelecido pelo regimento interno, embora trate o assunto como prioridade.

## Processo que pode cassar Moro avança

Dois ações na Justiça Eleitoral que pedem a cassação do mandato e a inelegibilidade do senador Sergio Moro (União Brasil), e de seus suplentes, avançaram no TRE-PR e têm marcados para esta semana os depoimentos das testemunhas e, para 16 de novembro, os dos investigados. Ao longo de setembro e outubro, a fase de produção de provas caminhou com a inclusão de uma série de documentos solicitados pelas partes. Negado pelo relator anterior, o pedido de oitiva de Moro foi agora deferido pelo desembargador D'Artagnan Serpa Sá.

## Governo Lula quer aprovar projeto que torna todo brasileiro doador de órgãos

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu sinal verde para a base aliada no Congresso avançar em um projeto de lei que torna todos os brasileiros doadores presumidos de órgãos. Pela proposta, que inverte a atual diretriz, toda pessoa passa a ser doadora, a menos que se manifeste contra em documentos reconhecidos pelo governo. O Ministério da Saúde produziu nota técnica favorável à iniciativa. “É viável que se considere a mudança do atual modelo para a doação presumida novamente”, diz o texto. Na avaliação da pasta, comandada por Nísia Trindade, o assunto não foi bem entendido no passado, mas isso mudou.”

## Pereira mira sucessão de Arthur Lira

Vice-presidente da Câmara, o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) intensificou nas últimas semanas gestos em direção ao governo Lula (PT) e buscou deputados do PT mirando a disputa pela presidência da Casa em fevereiro de 2025. Embora ainda falte um ano e quatro meses para a eleição, a sucessão de Arthur Lira (PP-AL) já vem sendo tratada em conversas reservadas entre parlamentares e membros do governo. Lira não pode concorrer à reeleição.

